

editorial

Brinco, sapato e reajuste

Em termos puramente patológicos, a dissociação é uma desconexão do indivíduo com a realidade que está vivendo, podendo ele sofrer com a desconexão com seus pensamentos, suas emoções, sua memória e até com sua própria identidade. Em casos mais graves, a pessoa não consegue distinguir o que é real ou não.

Como toda questão psicológica, esse fenômeno não escolhe cor, religião ou classe social. Pode acometer qualquer um, a qualquer momento. Mas há ainda um outro nível de dissociação que, apesar de não ser patológico, revela a existência de um mundo paralelo.

Na semana passada, uma procuradora do Ministério Público de Goiás lamentou, durante reunião do colegiado da instituição, o valor do seu próprio salário que, segundo ela, só dá para cobrir suas “ vaidades”. “Só para os meus brincos, as minhas pulseiras e os meus sapatos”, seguiu. “Eu sou uma mulher que, graças a Deus, meu marido é independente e eu não mantenho minha casa.”

Detalhe: o contracheque da vaidosa procuradora, que disse ainda ter “dó” dos colegas do MP “que têm filhos na escola”, é de R\$ 37 mil. O dinheiro que a procuradora gasta só com “brincos, pulseiras e sapatos” equivale a 27 vezes o salário mínimo no Brasil.

Mas não é só em Goiânia que há uma dissociação grave da realidade. Em Rio Preto, ao mesmo tempo que um grupo de vereadores articula aumentar seu próprio salário em 179% (de R\$ 5,9 mil para R\$ 16,5 mil), a Câmara abriu licitação para adquirir seis carros zero km, no valor total de R\$ 644,3 mil. Outros seis veículos

deverão ser comprados no início de 2024, para “servir” os 23 parlamentares que vão assumir o mandato em janeiro de 2025.

O atual vencimento dos vereadores, considerado “miséria” para alguns deles, é o dobro da renda média do rio-pretense, que é de R\$ 2.276,79 de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nunca é demais lembrar que o parlamentar que reclama do salário de R\$ 5,9 mil tem uma opção: é só não se candidatar nunca mais. Uma opção, não, duas:

pode, ainda, renunciar e dar seu lugar a um suplente que esteja verdadeiramente preocupado em representar a população, e que não fique amargurado com o holerite no fim do mês. Ninguém é obrigado a ser vereador.

Em que pese o valor assombroso dos brincos da procuradora, ao menos não é ela quem estabelece seu próprio salário – imagine o que seria dos contribuintes goianienses se assim o fosse. Aqui, a despeito do que pensa a população, os vereadores querem empurrar goela abaixo vencimentos incompatíveis com a realidade do rio-pretense.

Falar em dissociação, aliás, é até elegante. Um aumento de 179% poderia facilmente ser classificado como “imoral” ou “deplorável”, para não citar outros adjetivos desairosos e até mesmo impubescíveis.

Ainda dá tempo de os vereadores abandonarem essa alucinação. Caso contrário, é grande a possibilidade de o rio-pretense optar, nas eleições municipais de outubro de 2024, por dissociar os atuais parlamentares do papel de representantes do povo. E sem direito a choro, brinco, pulseira, sapato ou carro zero km.

Vereadores
de Rio Preto
que pleiteiam
um aumento
de 179% nos
próprios salários
estão vivendo
em um mundo
paralelo